

18º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Khessaujee Pulchand diz que todo dinheiro que passou pela sua conta era da Africâmbios, a casa de câmbios onde trabalhava

- Caixa na casa de câmbios denominado Africâmbios, Khessaujee Pulchand disse que todo o dinheiro que passou pela sua conta bancária domiciliada no Millennium Bim era do interesse dos seus patrões. O Ministério Público diz que entre 2 de Janeiro de 2013 e 21 de Junho de 2018 foram movimentados cerca de 360 milhões de meticais, incluindo os pouco mais de 13 milhões provenientes da M Moçambique Construções, empresa do seu Fabião Mabunda. Khessaujee Pulchand afirmou ter aberto a conta em 2004 a mando da empresa Africâmbios, e que não tinha nenhum controlo sobre a mesma.



Khessaujee Pulchand

Além do seu salário pago em numerário, diz nunca tirou nenhum benefício pelo facto de a casa de câmbios para a qual trabalhava usar a sua conta para movimentar avultadas somas de dinheiro. . Khessaujee Ishwardas Pulchand, 40 anos, engenheiro electrónico e à data dos factos trabalhador da casa de câmbios Africâmbios, foi o 13º réu a ser ouvido pelo tribunal que julga o escândalo das “dívidas ocultas”. É acusado da prática de crime de branqueamento de capitais por ter recebido na sua conta domiciliada no Millennium Bim um total de 13.480.000 meticais provenientes da M Moçambique Construções, como parte do valor recebido do grupo Privinvest. Às primeiras perguntas do juiz, o réu respondeu que trabalhava na Africâmbios como caixa, cuja função principal era a troca de moeda até cinco mil dólares por cada cliente. Mas também fazia alguns trabalhos de estafeta, como o levantamento de cheques, apesar desta tarefa não constar do seu contrato.

Confirmou conhecer os réus Naimo Quimbine e Simione Mahumane como colegas na Africâmbios, empresa com a qual rescindiu o contrato de trabalho após sofrer tentativas de rapto, em 2018. Disse que não conhecia Ângela Leão e Mbanda Anabela Buque Henning, e que só viu as duas irmãs pela televisão durante o julgamento. Conheceu o réu Salvador Mabunda na Faculdade de Engenharias da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde os dois eram estudantes. Anos depois, Fabião Mabunda foi à Africâmbios para comprar dólares. “Ele disse que queria uma quantia elevada e como nós os caixas só vendíamos até cinco mil dólares, eu disse a ele que devia ir negociar com a gerência. Fui apresentá-lo à gerência. Depois desse dia, todos os dias que vinha à Africâmbios interagira directamente com a gerência”, explicou.

À pergunta do juiz se conhecia a empresa M Moçambique Construções de Fabião Mabunda, o réu respondeu negativamente, afirmando que nunca teve relação com a mesma. Em função dessa resposta, foi confrontado com informação bancária relativa ao levantamento de quatro cheques de 500.000 meticais cada, emitidos pela M Moçambique Construções, ao que Khessaujee Pulchand respondeu que, como estafeta da Africâmbios, fazia também o levantamento de cheques.

Foi ainda confrontado com duas transferências efectuadas pela M Moçambique Construções para a sua conta do Millennium Bim, sendo a primeira no valor de 4.920.000 meticais e a segunda de 6.560.000 meticais, tendo reagido nos seguintes termos: “Em 2004 fomos ordenados pela casa de câmbios a abrir contas no Millennium Bim. No início eu pensei que



Khessaujee Pulchand

fossem contas salário e perguntei a um colega qual era a finalidade da abertura das contas. A resposta foi que era normal naquela casa de câmbio mandar os trabalhadores abrirem contas bancárias. A caderneta de cheques dessas contas ficava com a gerência. Eles só me mandavam preencher cheques. Não usava cartão, nem de débito nem de crédito”. O réu explicou ainda que estava a cumprir ordens do seu empregador e não achou nada estranho.

Segundo o Ministério Público, na conta de Khessaujee Pulchand domiciliada no banco Millennium Bim foi movimentado dinheiro no valor total de 359.430.625,43 meticais, entre 2 de Janeiro de 2013 e 21 de Junho de 2018. As transferências foram efectuadas por várias pessoas singulares e empresas, incluindo a M Moçambique Construções. A representante do Ministério Público questionou ao réu porquê é que aceitou que a sua conta fosse usada para transacionar valores avultados, ao que respondeu que não tinha conhecimento do dinheiro que era movimentado na sua conta. “É difícil saber o valor que era transacionado, movimentado ou creditado na minha conta. Não tínhamos conhecimento dos saldos e sempre que os gerentes nos mandavam pedir extractos bancários, nós entregávamos os envelopes selados”.

O Ministério Público perguntou se a sua conta foi ou não usada como caixa paralela para a conversão da moeda pela Africâmbios, ao que o réu respondeu positivamente, acrescentando que isso ocorria quando as transações eram superiores a cinco mil dólares. E perguntado se essas operações eram legais, Khessaujee Pulchand respondeu que não tinha conhecimento. O controlo das transações acima de cinco mil dó-

lares era feito exclusivamente pela gerência da casa de câmbios. O réu disse que não sabia porquê razão os donos da Africâmbios usavam caixas paralelas, muito menos se a casa de câmbios era titular de contas bancárias. “Não tenho conhecimento da origem dos valores que eram movimentados na minha conta. Eu era titular da conta, mas não era detentor da mesma. Não me sentia dono da conta, por isso nunca pedi para ver extractos ou movimentos”.

Como forma de provar que quem controlava a conta aberta por Khessaujee Pulchand no Millennium Bim era a gerência da Africâmbios, Alice Mabota, advogada do réu, requereu a junção ao processo de um mapa de controlo dos valores que eram movimentados naquela conta. O réu explicou que obteve o mapa de controlo de movimentos através de um dos gerentes da casa de câmbios. “Quando fiquei detido, minha família fez pressão junto da Africâmbios e ele enviou para o meu email o mapa de controlo de movimentos efectuados na minha conta. Ele disse que é um documento que pode ajudar na minha defesa”.

Consta do processo que Naimo Quimbine, outro réu que à data dos factos trabalhava na Africâmbios, procedeu ao levantamento de 12 cheques com o valor total de 5.682.907,38 meticais, todos emitidos pela empresa M Moçambique Construções de Fabião Mabunda, entre os dias 6 de Setembro de 2013 e 8 de Maio de 2015. Durante a fase de instrução do processo, Naimo Quimbine terá explicado que os 12 cheques foram lhe entregues pelo seu colega Pulchand, e foi a ele que repassou o dinheiro levantado. Ontem, o réu Khessaujee Pulchand confirmou que foi ele quem

entregou os cheques ao seu colega Naimo Quimbine, tendo acrescentado que fez isso a mando da gerência da casa de câmbios. “Os meus patrões não falavam português e eu servia de tradutor. Às vezes pediam-me que entregasse cheques aos colegas para efectuarem levantamento no banco. Foi isso aconteceu em relação ao Naimo Quimbine”.

Na contestação que seu advogado apresentou durante a instrução contraditória, o reu confirmou ter recebido dinheiro da M Moçambique Construções na sua conta do Millennium Bim e pediu que fosse responsabilizado apenas pelo valor que recebeu, de 1.500.000 meticais. Confrontado com a contestação, Khessaujee Pulchand disse que nunca teve conhecimento do documento. “Na altura da instrução contraditória houve uma pequena confusão. A minha advogada era a doutora Zelma Vasconcelos e ela emitiu vários documentos para a minha defesa, mas não foram aceites pelo tribunal. Disseram que ela não me podia defender, então o tribunal nomeou um de-

fensor oficioso, de nome Herculano. Foi ele quem assinou essa contestação. Eu não vi essa contestação, nunca disse isso a ele. Como é que eu iria assumir responsabilidade por uma coisa que não fiz”, questionou.

Além da conta domiciliada no Millennium Bim, o reu disse abriu mais três (3) contas no Moza Banco, Standard Bank e Barclays, a mando dos donos da Africâmbios. A Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), assistente no processo, perguntou porquê razão aceitou abrir mais três contas bancárias, mesmo sabendo que a primeira aberta no Millennium Bim não estava a servir os seus interesses. O reu respondeu afirmando que estava a cumprir ordens dos seus patrões e que nunca procurou saber porquê é que a Africâmbios usava as suas contas bancárias para transacções cambiais. Disse ainda que, além do seu salário, não tinha nenhum benefício com o facto de a Africâmbios usar as suas contas, e nem sabe se aquela casa de câmbios ganhava alguma coisa usando contas dos seus trabalhadores.

A uma pergunta da OAM, representado pelo advogado Vicente Manjate, o reu respondeu que recebia o seu salário em numerário e que a única conta bancária que estava sob seu controlo é uma conta estudante. “Fazia alguns depósitos na minha conta estudante. E usava mais para pagar despesas da universidade e para comprar livros, uma vez que beneficiava de descontos”. Khessaujee Pulchand foi detido em 2019, um ano depois de ter deixado de trabalhar para a Africâmbios. Conta que quando os seus antigos patrões tomaram conhecimento da sua detenção e que a mesma estava relacionada com factos ocorridos durante o tempo em que era trabalhador da Africâmbios, prometeram providenciar um advogado para o defender.

Depois da habitual interrupção às quartas-feiras, o julgamento retoma amanhã, quinta-feira, com a audição de mais dois réus que à data dos factos trabalhavam na casa de câmbios Africâmbios, nomeadamente Simione Mahumane e Naimo Quimbine.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

